LA DANSARINA ENFERMA: O FENÔMENO DAS CURAS MILAGROSAS PARA GRIPE ESPANHOLA NO BRASIL DO SÉCULO XX

Vitor Hugo Picinini Di Giovanni (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Christian Fausto Moraes dos Santos (Orientador), Raiza Aparecida da Silva Favaro (Coorientadora). E-mail: vhpdigiovanni@gmail.com (Bolsista), cfmsantos@uem.br (Orientador), raiza.favaro13@gmail.com (Coorientadora)

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Ciências Humanas / História / História das Ciências.

Palavras-chave: Imprensa periódica; publicidade de medicamentos; gripe espanhola.

RESUMO

A pandemia de influenza de 1918-1919 alcançou o Brasil em setembro de 1918 e atingiu de modo particularmente severo o Rio de Janeiro e São Paulo, quando a medicina acadêmica não dispunha de terapêutica específica nem de consenso quanto ao agente etiológico. Esta pesquisa investigou como esse quadro de incerteza favoreceu a multiplicação, nas páginas dos jornais diários, de anúncios de medicamentos, tônicos e fórmulas apresentados como preventivos ou curativos da influenza, as chamadas curas milagrosas. O objetivo foi deslocar o anúncio terapêutico da condição de ilustração para a de objeto de análise, examinando não apenas o que se vendia durante a epidemia, mas de que modo diferentes agentes construíam discursivamente a legitimidade daquilo que ofereciam. A metodologia, descritivo-analítica, apoiou-se na leitura serial de quatro coleções de periódicos digitalizadas — Correio da Manhã e A Razão, no Rio de Janeiro; O Estado de S. Paulo e O Combate, em São Paulo —, com recorte nos meses de outubro e novembro de 1918 e no primeiro trimestre de 1919, seguida do fichamento das ocorrências e de sua classificação por categoria de produto e estratégia discursiva. Os resultados demonstraram que a oferta anunciada foi antes derivada do que inventiva: preparados já em circulação foram reapresentados como específicos contra a espanhola, mediante um repertório limitado e recorrente de argumentos de legitimação, tomado em boa parte de empréstimo ao próprio vocabulário médico-sanitário.

INTRODUÇÃO

A pandemia de influenza de 1918-1919, conhecida no Brasil como gripe espanhola, figura entre as mais graves crises sanitárias do mundo contemporâneo. Depois de circular pelos portos atlânticos, a moléstia chegou ao país em setembro de 1918 e atingiu com particular severidade os dois maiores centros urbanos, onde a elevada mortalidade e o colapso parcial de hospitais e cemitérios produziram um ambiente de medo que ultrapassou o campo estritamente sanitário (BERTUCCI, 2004, p. 27-38). Os jornais registraram não apenas o avanço da doença, mas também a multiplicação de anúncios de remédios, tônicos e fórmulas preventivas, convertendo suas páginas comerciais em espaço privilegiado de circulação de promessas de cura.

A relevância do recorte decorre da conjuntura em que a epidemia irrompeu. A influenza encontrou a comunidade médica em momento de confiança nos rumos da bacteriologia, expectativa que a doença frustrou: o bacilo de Pfeiffer foi contestado como agente causador único, os meios técnicos para investigar os então chamados vírus filtráveis eram incipientes e explicações miasmáticas e meteorológicas persistiam no interior do próprio discurso médico (SILVEIRA, 2005, p. 91-105). O período mostra-se, assim, historiograficamente privilegiado, pois a autoridade médica encontrava-se ao mesmo tempo em consolidação institucional e em crise pública de eficácia. Soma-se a isso a necessidade de historicizar a categoria de charlatanismo, pois a fronteira entre o curador legítimo e o charlatão não é dado natural, mas resultado de disputas nas quais a medicina acadêmica procurava firmar seu monopólio sobre a definição da doença e do tratamento (CHALHOUB et al., 2003, p. 197-227).

Esta pesquisa, de natureza histórico-documental, teve por objetivo compreender o fenômeno das chamadas curas milagrosas veiculadas na imprensa diária do Rio de Janeiro e de São Paulo entre 1918 e 1919, investigando as substâncias anunciadas e os argumentos empregados para legitimá-las. A pergunta que a organizou não é se os produtos funcionavam, mas como diferentes agentes edificaram, em um mesmo suporte impresso e intervalo de tempo, discursos concorrentes de legitimidade terapêutica.

MATERIAIS E MÉTODOS

O corpus é constituído por quatro coleções de periódicos publicados entre 1918 e 1919: Correio da Manhã e A Razão, no Rio de Janeiro; O Estado de S. Paulo e O Combate, em São Paulo. A seleção obedeceu a três critérios. O geográfico: dois periódicos por cidade viabilizam a comparação entre a capital federal e a capital paulista, epicentros da segunda onda epidêmica. O editorial: em cada cidade foi escolhido um periódico de grande porte, vinculado às elites locais, Correio da Manhã e O Estado de S. Paulo, e outro de perfil combativo e menor envergadura empresarial, A Razão e O Combate, evitando que as conclusões derivassem de um único segmento do mercado jornalístico. O cronológico: privilegiaram-se outubro e novembro de 1918, de maior letalidade, com extensão ao primeiro trimestre de 1919 para acompanhar o refluxo da epidemia e a permanência ou o desaparecimento dos anúncios.

O tratamento das fontes seguiu a orientação de que o periódico não deve ser tomado como simples repositório de informações, mas como objeto histórico dotado de materialidade, projeto editorial e condições próprias de produção e circulação, o que exige saber quem escrevia, quem lia e que projeto político e comercial sustentava a publicação (LUCA, 2008, p. 111-153). A digitalização das coleções pela Hemeroteca Digital Brasileira tornou viável a leitura serial de edições completas, incluindo as páginas de anúncios, antes preteridas em favor das seções noticiosas.

A metodologia é descritivo-analítica e organizou-se em três operações. A primeira foi a leitura das edições do recorte, com identificação de todo material relacionado à influenza: comunicados oficiais, notícias, denúncias e, sobretudo, anúncios de medicamentos, tônicos, desinfetantes e serviços de cura. A segunda foi o fichamento individualizado de cada ocorrência, com registro de data, periódico, página, título e transcrição do texto. A terceira foi a classificação por categoria de produto — tônicos e fortificantes, preventivos, desinfetantes e antissépticos, específicos contra a gripe, serviços e consultas — e por estratégia discursiva, permitindo cruzar tipo de produto, argumento de legitimação e veículo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento permitiu reconstituir o cenário no qual os anúncios circularam. Ao longo de outubro e novembro de 1918, os periódicos acompanharam diariamente a progressão da mortalidade: no Rio de Janeiro, as cifras noticiadas ultrapassaram onze mil óbitos em pouco mais de três semanas; em São Paulo, a epidemia vitimou cerca de 1% dos habitantes (BERTUCCI-MARTINS, 2005, p. 156). A letalidade concentrou-se entre trabalhadores pobres, imigrantes e moradores de cortiços, e a pressão sobre hospitais, postos de socorro e serviços funerários expôs os limites da estrutura sanitária existente (GOULART, 2005, p. 105-110). É nas mesmas edições que se multiplicaram as ofertas comerciais de prevenção e cura.

Durante todo o período epidêmico a comunidade médica permaneceu dividida quanto à natureza da moléstia e ao seu agente causal, oscilando entre a gripe conhecida, uma entidade nosológica nova e hipóteses que reativavam concepções miasmáticas e meteorológicas no interior do próprio discurso científico (SILVEIRA, 2005, p. 96-101). Sem agente reconhecido, a profilaxia recomendada foi declaradamente individual e sintomática, o que abriu espaço para uma terapêutica heterogênea e concorrente (GOULART, 2005, p. 112-113). Os próprios comunicados oficiais admitiam não haver profilaxia regional ou local eficaz, e as prescrições reunidas por instituições médicas acumulavam cerca de uma centena de substâncias e combinações (BERTUCCI-MARTINS, 2005, p. 144-149). O que a documentação registra, portanto, não é o confronto entre uma ciência segura e uma credulidade popular, mas uma escassez generalizada de certezas, partilhada por médicos, autoridades sanitárias e leigos.

Nesse quadro, o padrão mais recorrente nas ocorrências fichadas é o da reconversão, e não o da invenção. O expediente publicitário consistiu majoritariamente em atualizar o discurso de produtos já em circulação e estender as propriedades terapêuticas a eles atribuídas: preparados antes destinados a febres intermitentes, a afecções respiratórias ou a estados de fraqueza e debilidade nervosa passaram a figurar como preventivos ou específicos da influenza, e mesmo mercadorias sem relação com a terapêutica associaram-se à doença como apelo comercial (BERTUCCI, 2004). Os argumentos de legitimação organizam-se em um repertório limitado e frequentemente combinado: a invocação da aprovação pelos órgãos sanitários; o emprego de vocabulário científico vulgarizado, no qual termos como micróbio, antisséptico e profilaxia funcionam menos como conteúdo do que como sinal de cientificidade; o testemunho de usuários agradecidos e de médicos identificados nominalmente; e a notoriedade prévia da marca. Os dois primeiros são especialmente significativos, pois produtos chancelados pelo Serviço Sanitário e poções sem qualquer aprovação recorriam à mesma linguagem, tornando pouco distinguíveis ofertas que a retórica profissional pretendia separar (BERTUCCI-MARTINS, 2005, p. 144-145).

A leitura das fontes evidencia ainda a porosidade da fronteira entre o oficial e o não oficial. Anúncios de específicos convivem, na mesma edição, com comunicados do Serviço Sanitário, notícias sobre postos de socorro, denúncias de preços abusivos praticados por farmácias e referências a recursos de uso doméstico, como limão, alho, aguardente, chás e defumações. Tal vizinhança não é acidental: parte desses recursos integrava o próprio receituário chancelado, que previa, por exemplo, sudoríficos em fórmulas científicas ou caseiras, ao passo que substâncias de prescrição controlada, como o quinino, transitaram rapidamente para o consumo indiscriminado (BERTUCCI-MARTINS, 2005, p. 149). Do lado médico, o

recurso à imprensa diária para divulgar terapêuticas controversas sugere que a disputa se dava menos em torno do conteúdo das prescrições do que do lugar autorizado de sua enunciação, à medida que o discurso médico-científico se tornava mais especializado e menos acessível ao entendimento comum (BERTUCCI-MARTINS, 2005, p. 152-155).

CONCLUSÕES

A pesquisa demonstrou que a proliferação de promessas de cura na imprensa de 1918-1919 não constituiu anomalia nem simples expressão de credulidade popular, mas efeito previsível de uma conjuntura em que a incerteza etiológica, a insuficiência terapêutica e o medo coletivo coincidiram com um mercado farmacêutico já constituído e uma imprensa de grande circulação. A fronteira entre terapêutica legitimada e oferta contestada revelou-se menos rígida do que a retórica profissional fazia supor, pois os anúncios tomavam de empréstimo à medicina oficial o vocabulário e os selos de aprovação, enquanto esta operava sob limitações publicamente reconhecidas. Indício dessa historicidade é o movimento posterior à epidemia, quando campanhas de regulação passaram a expurgar dos anúncios aprovados termos como cura e a imprensa médica censurou os fabricantes por dirigirem-se ao doente, e não ao clínico, por meio de veículos leigos. Tratado como categoria em disputa, e não como julgamento retrospectivo, o charlatanismo mostra-se menos um atributo dos produtos anunciados do que o resultado provisório de um processo de delimitação de autoridade que a epidemia tornou visível.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq e à Fundação Araucária, pela concessão da bolsa de iniciação científica, e à Universidade Estadual de Maringá, pelo apoio institucional à pesquisa. Ao meu orientador e minha coorientadora pelas valiosas lições e contribuições.

REFERÊNCIAS

BERTUCCI, L. M. **Influenza, a medicina enferma**: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BERTUCCI-MARTINS, L. M. Entre doutores e para os leigos: fragmentos do discurso médico na influenza de 1918. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 143-157, jan./abr. 2005.

CHALHOUB, S. *et al.* (org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

GOULART, A. da C. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 101-142, jan./abr. 2005.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

SILVEIRA, A. J. T. A medicina e a influenza espanhola de 1918. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 91-105, 2005.